

RS: Simon denuncia alto endividamento

Da sucursal de
PORTO ALEGRE

Baseado em dados do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, o presidente do MDB gaúcho, deputado Pedro Simon, analisou ontem a situação financeira do Estado e denunciou que as dívidas duplicaram no período de um ano, as receitas anunciadas não se realizaram e o Estado já não tem mais condições de se endividar. Suas rendas futuras, acrescentou o parlamentar, estão em grande parte comprometidas pelo contínuo processo de endividamento.

Pedro Simon iniciou suas denúncias reproduzindo algumas das conclusões do Tribunal de Contas do Estado, salientando que "a cobrança de dívida ativa em 76 atingiu apenas Cr\$ 47.760.159,83, enquanto o Estado cancelava débitos fiscais 2,5 vezes superiores, no total de Cr\$ 105.815.058,14. O reajustamento cambial da dívida externa — acrescentou —, no ano passado, foi quase o valor desta em fins de 1975, Cr\$ 94.708.116,07; e a dívida externa sextuplicou em 76, ano em que o orçamento foi alterado em 40% das despesas propostas pela Assembleia Legislativa".

Analisando a proposta orçamentária do governo do Estado, o parlamentar lembrou que "ainda agora as operações de crédito propostas para o exercício de 78 estão estimadas em Cr\$ 2.720.000.000,00, mas ao analisarmos a série de operações nos últimos anos, verificamos que entre as estimadas e as realizadas efetivamente existe grande desproporção: em 75 as operações de crédito estimadas foram de Cr\$ 881.000.000,00 e as efetivadas Cr\$ 1.274.013.000,00; em 76, estavam estimados Cr\$

1.852.219.000,00, mas foram realizados Cr\$ 1.476.657.000,00. Se analisarmos essas cifras — prosseguiu Pedro Simon —, e as cotejarmos com o crescimento da arrecadação estadual, verificaremos que a dívida pública tem crescido, em termos nominais e reais, mais do que aquela. As operações de crédito assim inflacionadas, quando da elaboração do orçamento, têm servido apenas para mascarar e esconder o déficit real, já previsto, que vem ocorrendo todos os anos na execução do orçamento público, o qual vem aumentando e agravando a situação econômica e financeira do erário e dos negócios públicos".

"NÍVEIS INADEQUADOS"

Mais adiante, o parlamentar citou o superávit de Cr\$ 607.620.863,17, de 1974, e os déficits de Cr\$ 279.423.579,89, em 75, e de Cr\$ 1.166.267.486,29, em 76, acrescentando que "como vemos, o governo Guazzelli inverteu a situação, transformando-a num fantástico déficit". Em seguida reproduziu conclusão do Tribunal de Contas, que assinala: "O comportamento da execução orçamentária foi bastante diverso do programa. Não houve realização da totalidade dos recursos indicados para dar cobertura às despesas, as quais, por sua vez, não obedeceram a um regime de contenção de gastos eficiente e situaram-se em níveis inadequados à situação financeira do Estado".

Depois de observar que a arrecadação líquida do ICM caiu em 6,5% em termos reais no ano passado, Simon salientou que a dívida pública teve aumento de quase 100%, uma vez que a dívida fundada aumentou em 86,4% em relação a 1975, enquanto que a dívida flutuante

aumentou em 85,9%, chamando a atenção para o item das receitas de impostos, comparando-as à dívida pública.

Simon repetiu conclusão do Tribunal de Contas, pela qual a receita tributária do Estado em 76, pela primeira vez na sua história, foi superada pelo total da dívida pública. Além disso, a dívida fundada externa cresceu em 626% no ano de 1976 em relação a 75, em moedas "duras", pois passou de Cr\$ 97.213.295,99 para Cr\$ 609.005.251,24. O que valeu a observação no relatório do Tribunal de Contas de que "os efeitos do ônus representado pela crescente utilização de recursos de terceiros, como única forma encontrada, a partir de 74, para suprir o esvaziamento das receitas próprias, começaram a se fazer sentir. O montante despendido com os serviços da dívida já não foi suficiente para cobrir a parcela correspondente à atualização monetária dos valores inscritos, o que faz prever, se não for modificada a atual política financeira, o rápido esgotamento de endividamento da Fazenda estadual".

MÁ ADMINISTRAÇÃO

Pedro Simon ainda apontou o déficit financeiro do exercício de 76, no total de Cr\$ 1.303.807.015,00 e repetiu o que o Tribunal já enfatizara: "O resultado negativo originou-se, como em anos anteriores, da falta de uma adequada contenção dos gastos". Após ter analisado estes e outros dados, "todos indicativos da má administração estadual", o deputado oposicionista enfatizou: "Esta é a realidade, não a realidade pintada pela oposição, pelo negativismo de que sempre acusam o MDB, mas dados contidos no relatório do insuspeito Tribunal de Contas".